



MEIO AMBIENTE

Segurança sofre na Amazônia Legal

Estudo aponta dificuldades dos estados para enfrentar crimes ambientais de alto impacto, como garimpo e desmatamento

» CAETANO YAMAMOTO*

Os nove estados da Amazônia Legal enfrentam dificuldades para combater crimes ambientais como desmatamento, as queimadas e o garimpo ilegal. Forças de segurança agem na repressão, mas é baixa a taxa de investigação e punição por esses delitos, responsáveis, em grande parte, pelo impacto ambiental e pelo financiamento de organizações criminosas.

É o que mostra o estudo *Esforços Estaduais no Combate aos Crimes Ambientais na Amazônia Legal*, publicado pelo Instituto Igarapé e encomendado pelo Consórcio Amazônia Legal, que reúne os nove estados. Os dados abrangem o período de janeiro de 2023 a julho de 2025. A pesquisa aponta que a resposta atual não acompanha a complexidade das operações criminosas na região.

Crimes considerados de menor impacto, como caça ilegal, maus-tratos e tráfico de animais, possuem alta taxa de resolução investigativa, já que, em grande parte dos casos, são registrados em flagrante.

“Assim como ocorre na política de drogas, a apuração de infrações contra o meio ambiente avança, prioritariamente, sobre crimes de fácil comprovação, em detrimento de uma atuação policial mais complexa, voltada à identificação de redes organizadas, cadeias logísticas e estruturas econômicas subjacentes às dinâmicas ambientais ilícitas”, avaliou o estudo.

A pesquisa atribui o resultado a limitações como escassez de efetivo, carência de delegacias especializadas, cobertura territorial desproporcional e deficit de aeronaves e embarcações. A combinação desses fatores reduz a capacidade dos estados de investigar crimes que exigem deslocamento rápido, atuação fluvial, coleta de provas em áreas remotas e integração com sistemas de monitoramento.

Como consequência, os crimes estruturais permanecem, em sua maioria, sem responsabilização. Como exemplo, no Pará, apenas 5% dos inquéritos relativos a incêndios florestais foram concluídos no período. O estudo destaca, porém, o tamanho do impacto: mais de 40% das emissões de gases brasileiras vêm do desmatamento ilegal, e o bioma

Divulgação Polícia Federal.



Combate ao garimpo e à extração ilegal de madeira, muitas vezes, é reforçado por operações com a Polícia Federal, Ibama



Assim como ocorre na política de drogas, a apuração de infrações contra o meio ambiente avança, prioritariamente, sobre crimes de fácil comprovação, em detrimento de uma atuação policial mais complexa, voltada à identificação de redes organizadas, cadeias logísticas e estruturas econômicas”, avaliou o estudo”

Instituto Igarapé

amazônico se aproxima do limiar de 20 a 25% de perda da sua flora, podendo levar a um colapso ecológico.

Investigação

O estudo destaca que a maior parte das investigações miram crimes com menor prejuízo à região. Ao todo, no período analisado, foram registrados 8.769 inquéritos ambientais pelas Polícias Cíveis, dos quais 5.270 (60%) foram classificados como de impacto limitado, e 3.499 (40%) como de impacto amplo.

O Pará concentra quase toda a carga de investigação, com 7.530 inquéritos, quase 90% do total. Deles, 42% são classificados como de grande prejuízo. Em seguida vêm Tocantins, com 485 (33% de amplo impacto), Acre e Amazonas, com 171 (31% e 21%, respectivamente), e Rondônia e Roraima,

com 109, que tiveram as menores participações de crimes de alto impacto (17% e 11%, respectivamente).

O padrão se repete também nas denúncias. Foram 15.283 boletins de ocorrência (BOs) registrados por crimes ambientais, dos quais 7.208 (47%) de impacto amplo.

Já as ligações registradas pelo número 190 na Amazônia Legal somam 6.729 ocorrências, 5.509 em crimes cotidianos e 1.220 em crimes de impacto amplo, 18% do total.

Existe ainda um grande descompasso nos registros de ligações entre os estados. Juntos, Amapá e Pará somam 5.800, 87% de todos os crimes de impacto amplo registrados via 190, o que pode ser reflexo da maior pressão ambiental, do maior engajamento cidadão, ou da maior capacidade de registro desses estados. O Amazonas, por sua vez, registra apenas 180 chamadas, mas apresenta uma das maiores

proporções relativas de crimes de amplo impacto, 28,9%.

Porém, a capacidade institucional de enfrentamento aos crimes é limitada. A região conta com apenas 11 delegacias ambientais e uma delegacia fluvial, além de efetivo reduzido — cada policial civil cobre, em média, uma área de 339 km², quase quatro vezes a média nacional. A infraestrutura é insuficiente para o porte territorial da Amazônia Legal, que dispõe somente de 19 aeronaves e 24 helicópteros, segundo dados recentes.

Operações

Ainda assim, as operações realizadas pelas Polícias Militares na Amazônia Legal mostram um padrão de atuação voltado aos crimes de maior prejuízo. Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Pará registraram, exclusivamente, ações classificadas como de impacto amplo no período analisado, enquanto Rondônia, Tocantins e Roraima também apresentaram proporções muito elevadas.

Os registros das operações apontam para intervenções voltadas a cenários nos quais o avanço da degradação ambiental ocorre de forma acelerada, como abertura de áreas na floresta, circulação irregular de madeira, queimadas e apreensão de fauna, além de episódios relacionados à atividade de garimpeira.

“Apesar da importância dessas ações, observa-se um padrão recorrente de descontinuidade. Muitas operações dependem de mobilizações pontuais, disponibilidade temporária de equipes ou recursos e ciclos curtos de financiamento, o que dificulta a manutenção de rotinas permanentes de fiscalização e a presença sustentada em áreas críticas”, ressaltou a pesquisa.

O mesmo ocorre nas operações registradas pelas Polícias Cíveis (214, no período). Amapá, Amazonas e Mato Grosso registram 100% das operações classificadas como estruturais. Rondônia apresenta 71%, e o Pará, 49%. Para o Instituto Igarapé, a análise mostra que a segurança na região amazônica ainda atua de forma fragmentada, sem padronização e dependente de mobilizações extraordinárias. Ele recomenda maior cooperação entre os estados.

“Apenas parte dos crimes se transforma em registros formais. Os inquéritos avançam pouco diante da complexidade dos delitos ambientais e das limitações das Polícias Cíveis, enquanto as operações da Polícia Militar respondem com maior rapidez às infrações mais graves, embora de forma pontual e com baixa continuidade”, frisa o estudo.

AVIAÇÃO

“Banho de óleo” mata aluno

» RAFAELA BOMFIM*

A conclusão de uma etapa importante da formação como piloto terminou em tragédia na noite de quinta-feira, em Ponta Grossa, Paraná. O engenheiro Gustavo Henrique Lara, de 27 anos, morreu depois de participar de um ritual conhecido como “banho de óleo”, realizado após o primeiro voo solo de Gustavo. A Polícia Civil investiga as circunstâncias da ocorrência e tenta esclarecer se a substância utilizada teve relação direta com a morte do aluno.

Segundo a investigação, a comemoração aconteceu logo após o encerramento das atividades de voo. Durante o ritual, um instrutor da escola lançou sobre Gustavo um óleo utilizado em motores de aeronaves. Pouco tempo depois, o jovem apresentou uma reação alérgica grave, que evoluiu para um choque anafilático. Ele recebeu atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e foi levado a um hospital. Apesar das tentativas de reanimação feitas pelas equipes médicas, o aluno não resistiu.

O caso mobilizou a Polícia Civil, que instaurou inquérito para apurar todos os detalhes do episódio. O instrutor

responsável por jogar a substância se apresentou espontaneamente à delegacia, confirmou a participação na comemoração e afirmou que o procedimento é realizado “do pescoço para baixo”. Ele foi preso em flagrante por suspeita de homicídio culposo, quando não há intenção de matar, prestou depoimento e foi liberado após pagamento de fiança no valor de R\$ 3 mil.

De acordo com o delegado Lucas Petry, responsável pela investigação, o líquido utilizado é um óleo empregado em motores de aeronaves. A polícia informou que, até o momento, não há elementos que indiquem intenção de provocar a morte da vítima. Mesmo assim, o inquérito seguirá para esclarecer se houve negligência, imprudência ou outra conduta que possa ter contribuído para o desfecho.

Os investigadores buscam identificar a composição exata da substância, a quantidade aplicada, as regiões do corpo atingidas e se Gustavo sofreu mesmo uma reação alérgica ou outro tipo de complicação decorrente da exposição ao produto. Para isso, foram solicitados exames necroscópico, toxicológico e químico-pericial, que deverão indicar a causa da morte e auxiliar na conclusão das investigações.

Riscos

A morte do engenheiro também chama atenção para os riscos de práticas realizadas como forma de celebração. Em nota, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) lamentou a morte e frisou o perigo do contato com esse tipo de material. “Produtos químicos aeronáuticos, como óleos e lubrificantes de aviação, não devem, em hipótese alguma, ter contato com a pele, conforme orientam os rótulos desses materiais”, disse a agência.

O chamado “banho de óleo” é citado por participantes da aviação como uma tradição após o primeiro voo solo, apesar dos riscos à saúde. A investigação deverá apontar se houve falhas na condução da comemoração e se medidas de segurança foram desrespeitadas.

Em nota, o Centro de Instrução de Aviação Civil (Ciac) do Aeroclube de Ponta Grossa lamentou a morte de Gustavo. A instituição afirmou que o fato ocorreu fora da área do centro de instrução, após o encerramento das atividades de voo, e informou que, “não fará comentários adicionais” até o final da investigação.

*Estagiários sob a supervisão de Victor Correia

Reprodução/Redes sociais



Gustavo, de 27 anos, sofreu reação grave após contato com o produto